

# GABARITO 01

## CADERNO DE QUESTÕES

# CONSULTOR LEGISLATIVO

# TARDE

## ÁREA: TRANSPORTES

### ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Atualidades	01 a 10
Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	11 a 30
Específico da Área de Conhecimento	31 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu **CARTÃO-RESPOSTA**, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

*As paixões ensinaram a razão aos homens.*

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e sua assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizado, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

## ATUALIDADES

01. “Não há o que lamentar. Não importa em que direção, o mundo se move. Homens e mulheres vão e vêm de todos os lados do planeta, movendo-se literalmente ou através de sua imaginação.

Vamos, então, desmascarar o paradoxo de uma vez. Tudo circula: música, slogans de propaganda, turistas, bits de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais”.

[GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006, p. 293]

Para Guattari, o fato que explica este estado de coisas é que:

- (A) os imigrantes se agruparam em guetos
- (B) as diferenças se anularam na proibidade
- (C) os espaços se tornaram estandardizados
- (D) as culturas se mostraram refratárias à diferença

02. “As mudanças climáticas podem matar 80% dos 600 mil pinguins imperiais até 2100, segundo um estudo publicado esta semana na revista *Nature Climate Change*. A maior ameaça às aves vem de alterações na cobertura do gelo no Oceano Antártico, o que afetará a criação dos filhotes e a alimentação da espécie. O ritmo do declínio populacional vai variar de acordo com as colônias, mas todas serão afetadas até o final do século”.

[NA ANTÁRTICA - Clima pode dizimar 80% dos pinguins imperiais. In: *Jornal O GLOBO*. Sociedade, 01/07/2014, p. 28]

Segundo Wagner Costa, em “A Ordem Ambiental Internacional”, a preocupação com a preservação das espécies ameaçadas de extinção, como a citada no texto acima, é uma demonstração de consciência ambiental, respeito à pluralidade de manifestações da vida no planeta e deve estar associada à discussão do seguinte valor:

- (A) genético
- (B) comercial
- (C) extrativista
- (D) humanitário

03. “Mesmo após a aprovação do novo Código Civil, a aplicação dos avanços da Constituição de 1988 encontrava entraves no Código Penal, que datava de 1940. Neste, constava o qualificativo: *mulher honesta*, que definia, para as mulheres o direito de ser, ou não, protegida, em caso de abuso, estupro ou fraude de cunho sexual. As modificações desse código, ocorridas em 2005, acarretaram, entre outras coisas, a retirada desse qualificativo, que, por sua vez, significou mudanças na punição de diversos crimes. [...] Também acabou com o artigo que apenas considerava crime o rapto de *mulher honesta*”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto*: 1987 - 2007. São Paulo: Contexto, 2007. p. 174-175]

Nesse novo Código Civil, deixou de ser considerada crime a seguinte prática:

- (A) aborto
- (B) adultério
- (C) meretrício
- (D) sadismo

04. “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 46]

O fato histórico a que o texto se refere é conhecido como:

- (A) Sexta-Feira da Determinação
- (B) Revolução das Panelas
- (C) Revolta Islâmica
- (D) Debate do Povo

05. A atual Constituição Federal do Brasil estabelece a saúde como um direito universal e um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo o conceito de saúde ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas.

[Adaptado de: PAULLUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz. Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006, p. 17]

Nesse contexto, a assistência é concebida de forma:

- (A) esporádica e sanitária
- (B) contínua e voluntária
- (C) preventiva e curativa
- (D) alternativa e clínica

06. “Quando a internet alastrou-se no mundo como um ambiente de comunicação confiável, ponto a ponto, bilateral e acessível até mesmo para indivíduos, a partir das suas residências, estabeleceu-se um ambiente global muito mais favorável às organizações em rede do que para as organizações verticais de comando, claro está, que, para sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal”.

[PRETTO, Nelson, PINTO, Claudio C. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 20]

Segundo os autores, para que se garanta esse acesso horizontal, não apenas de forma individualizada nas residências, mas com soluções de uso coletivo, aberto a quaisquer pessoas, a seguinte medida é de fundamental importância:

- (A) ampliação do consumo de bens eletrônicos  
 (B) expansão da rede de fibra ótica no país  
 (C) privatização dos meios de comunicação  
 (D) desenvolvimento de políticas públicas
07. “A Adbusters publica *post* no blog criando a *hashtag* #occupywallstreet e convoca um protesto para 17 de setembro, em que “20 mil pessoas inundaram o Lower Manhattan. Montaram barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocuparam Wall Street pelo prazo de alguns meses”, exigindo “democracia, não corporocracia”, e afirmando que, a partir de sua “única e simples demanda, uma comissão presidencial para separar o dinheiro da política”, iriam “começar a estabelecer a agenda para uma nova América”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 207]

A convocação inicial para esta ocupação teve como pretensão:

- (A) restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro  
 (B) anular as medidas parlamentares de ajuda às instituições financeiras norte-americanas  
 (C) impedir o *impeachment* do presidente Obama acusado de má gestão governamental  
 (D) recuperar a credibilidade do conceito de *self-made man*, típica da cultura americana

08. O processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização possui algumas características como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional.

[Adaptado de: DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec.2006, p.121]

Entre os fatores responsáveis pela viabilização desse processo em países de diferentes continentes, destaca-se a:

- (A) falência das empresas transnacionais  
 (B) crise da produção agromanufatureira  
 (C) instabilidade da economia mundial  
 (D) queda das barreiras protecionistas
09. Entre os novos e distintos fatores que tornaram possível o sucesso das revoltas populares na Tunísia em 2011, por um período prolongado, iniciando o movimento das lutas populares por democracia no mundo muçulmano que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, destacaram-se a:
- (A) telefonia e a rede Al Bayan  
 (B) internet e a rede Al Jazeera  
 (C) juventude e a rede Al-Ahram  
 (D) minoria sunita e a rede Avanzi

10. “Na verdade, o hábito herdado de nosso passado colonial do uso privado da coisa pública enraizou-se de tal maneira no Estado e na sociedade brasileiros que a própria ideia clássica de cidadania ganhou entre nós um sentido próprio, marcado pela confusão quase generalizada entre o que é próprio do ambiente doméstico-familiar (amigos inclusos) e aquilo que é específico do Estado”.

[MONDAINI, Marco. Direitos Humanos. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 82]

Esse tipo de cidadania, em que as relações de caráter privado se impõem sobre as de caráter público é denominada:

- (A) patrimonialista  
 (B) genética  
 (C) regulada  
 (D) substantiva

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO**

11. No Capítulo que trata dos direitos fundamentais, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe expressamente que:
- (A) o município criará formas de incentivo específicos, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher
  - (B) o município assegurará, aos portadores de deficiência, a possibilidade de recebimento de suas contas em braille, com desconto de 20%
  - (C) o município buscará garantir a integridade da fauna, vedada a prática de meios cruéis que violem os direitos fundamentais dos animais
  - (D) o município buscará assegurar o recebimento de bengalas aos portadores de deficiência de baixa renda que necessitarem
12. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro veda expressamente ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de assistência social
  - (B) pagar mais de dois proventos de aposentadoria a ocupante de função ou cargo público
  - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal
  - (D) alienar bens imóveis sem a aprovação de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:
- (A) decidir sobre a perda de mandato de Vereador, pelo voto secreto de dois terços dos seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica
  - (B) fixar a remuneração dos vereadores em cada legislatura, para a subsequente, no primeiro período legislativo ordinário do último ano de cada legislatura
  - (C) representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de um terço dos seus membros contra o Prefeito por crime ou ato de improbidade
  - (D) conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços à causa da humanidade, mediante decreto aprovado por dois terços dos membros
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Município reger-se-á por:
- (A) lei ordinária votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (B) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (C) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (D) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
15. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que a Câmara Municipal:
- (A) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus servidores
  - (B) não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (C) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (D) não gastará mais de sessenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus servidores
16. Segundo as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, se o Presidente da República considerar o projeto de lei no todo ou em parte inconstitucional promoverá:
- (A) a sanção parcial, no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 3 dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos da sanção parcial
  - (B) o veto total, no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 5 dias úteis, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto
  - (C) o veto, total ou parcial, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto
  - (D) a sanção, total ou parcial, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 24 horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos de eventual veto

17. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), o estágio probatório é:
- (A) o período de dois anos a contar da data da nomeação, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (B) o período de três anos a contar da data da posse, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (C) o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (D) o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
18. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica:
- (A) licença de até 3 meses, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (B) licença com vencimento integral, pelo prazo de seis meses
  - (C) licença de até 120 dias, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (D) licença com vencimento integral, pelo prazo de cinco meses
19. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a pena de suspensão é cabível no caso de:
- (A) reincidência em falta já punida com repreensão
  - (B) desobediência ou falta de cumprimento de deveres
  - (C) reincidência de transgressão punível com advertência
  - (D) negligência, imprudência ou imperícia na atividade funcional
20. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), o orçamento anual poderá conter dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, sob a denominação:
- (A) reserva de contingência
  - (B) crédito extraordinário
  - (C) crédito estratégico
  - (D) reserva adicional
21. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), a realização da despesa compreende três fases denominadas:
- (A) arrecadação, execução e pagamento
  - (B) empenho, execução e pagamento
  - (C) empenho, liquidação e pagamento
  - (D) empenho, dotação e liquidação
22. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre as comissões permanentes, é possível afirmar que:
- (A) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, três comissões permanentes, não podendo, todavia, pertencer a mais de cinco, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (B) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de quatro, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (C) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de duas, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (D) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de três, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
23. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Mulher será ocupada:
- (A) prioritariamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (B) exclusivamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (C) prioritariamente por mulheres comuns vítimas de violência doméstica
  - (D) preferencialmente por mulheres com notável conhecimento de causa
24. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o processo simbólico de votação consiste na:
- (A) simples apuração dos votos favoráveis, contrários, em branco ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
  - (B) simples apuração dos votos favoráveis, contrários ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum simples de votação ou quando solicitada a verificação nominal simbólica de matérias de maioria simples
  - (C) simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
  - (D) simples votação por arrastamento que será efetuada pelo vereador mais antigo, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado

25. De acordo com as disposições expressas da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:
- (A) pela ação fiscalizadora sobre a administração e pelo controle do voto, dentre outros
  - (B) pela participação nas decisões do Município e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (C) pela iniciativa popular, pelo plebiscito e referendo e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (D) pelo voto direto e secreto com valor igual para todos e pelo sufrágio universal, dentre outros
26. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal tem sede no:
- (A) Palácio Marcelo Alencar
  - (B) Palácio Pedro Ernesto
  - (C) Palácio Guanabara
  - (D) Palácio Tiradentes
27. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que:
- (A) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (B) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (C) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos deputados estaduais
  - (D) em Municípios de mais de quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais
28. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão prescreverá em:
- (A) dois anos
  - (B) três anos
  - (C) quatro anos
  - (D) cinco anos
29. A Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), no capítulo que trata dos contratos administrativos, estabelece expressamente que:
- (A) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação pelo período de doze meses, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
  - (B) os contratos poderão ter vigência indeterminada ou determinada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a noventa dias, salvo disposição contrária de lei
  - (C) os contratos poderão ter vigência indeterminada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária de lei
  - (D) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação por igual período, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
30. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que os projetos de lei de iniciativa da Câmara Municipal:
- (A) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria dos vereadores presentes
  - (B) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, de três quintos dos vereadores
  - (C) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores
  - (D) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores

**ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO:  
TRANSPORTES**

31. Os transportes urbanos podem ser classificados em três grupos:
- (A) semipúblico, concessionado e municipal  
(B) privado, concessionado e intermodal  
(C) público, intermodal e municipal  
(D) privado, público e semipúblico
32. A matriz brasileira de transporte regional de cargas se concentra em duas modalidades:
- (A) cabotagem e rodoviário  
(B) rodoviário e ferroviário  
(C) dutoviário e cabotagem  
(D) ferroviário e cabotagem
33. A integração de sistemas de transportes públicos pode ser realizada de três formas:
- (A) operacional, tarifária e segmentada  
(B) segmentada, operacional e física  
(C) no tempo, segmentada e tarifária  
(D) física, tarifária e no tempo
34. A Lei 6009 de 26/12/1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, em seu Artigo 2º, define as tarifas aeroportuárias. De acordo com essa lei, incidem sobre o proprietário ou explorador da aeronave, as tarifas de:
- (A) pouso e conexão  
(B) embarque e conexão  
(C) pouso e armazenagem  
(D) armazenagem e permanência
35. De acordo com a Lei 9074 de 07/07/1995, não se sujeitam ao regime de concessão ou, quando couber, de permissão, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os seguintes serviços e obras públicas de competência da União:
- (A) serviços postais e terminais alfandegados de uso público  
(B) vias federais, precedidas ou não da execução de obra pública  
(C) estações aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso privado, instalados em área de porto ou aeroporto  
(D) exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções,clusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas

**Com base no texto abaixo, responder às questões 36 e 37.**

O trânsito no Brasil é de responsabilidade compartilhada entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal. As atribuições desses governos compreendem:

I - Habilitação de condutores

II - Registro e licenciamento de veículos

III - Fiscalização de circulação e paradas em vias urbanas

IV - Fiscalização das condições dos veículos e condutores

V - Planejamento da circulação e parada nas vias urbanas

VI - Educação no trânsito

36. São atribuições do governo municipal:
- (A) I, II, III  
(B) I, II, IV  
(C) III, V e VI  
(D) IV, V e VI
37. São atribuições do governo estadual:
- (A) I, II e IV  
(B) II, III e IV  
(C) II, IV e V  
(D) III, V e VI
38. Para organização e operação do trânsito nas cidades, cabe aos municípios algumas ações técnicas específicas, tais como:
- (A) fiscalizar níveis de emissão de poluentes e ruídos; aprovar a instalação de polos geradores de tráfego; providenciar o licenciamento e a permissão de circulação de veículos de propulsão animal  
(B) definir indicadores para subsidiar o estabelecimento de diretrizes para a política nacional de trânsito e medidas mitigadoras de acidentes de trânsito  
(C) coordenar os sistemas metropolitanos de transporte e regulamentação de linhas intermunicipais e interestaduais que atravessam o município  
(D) definir e regulamentar normas de trânsito nas vias de circulação do município e julgar os recursos interpostos contra penalidades impostas
39. O sistema de ônibus em vias segregadas, denominado BRT, vem sendo implantado em cidades do Brasil. Duas das principais vantagens em relação ao sistema de ônibus convencional são:
- (A) maior capacidade de transporte por hora e maior segurança para o usuário  
(B) maior velocidade operacional e maior capacidade de transporte por hora  
(C) maior flexibilidade de operação e menor poluição atmosférica  
(D) maior segurança para o usuário e menor custo operacional

40. A ANTT (Agência Nacional dos Transportes Terrestres), uma entidade do Ministério dos Transportes, tem como função:
- (A) a coordenação e orientação dos planos, programas e ações do Ministério, consolidando o modelo de gerenciamento por resultados e otimização de recursos, além de estabelecer indicadores econômico-financeiros e de qualidade
  - (B) o gerenciamento, direto ou por meio de instituições conveniadas, de projetos e obras de construção, restauração, manutenção e ampliação de rodovias, ferrovias e terminais
  - (C) regular a exploração das infraestruturas rodoviária e ferroviária e a prestação dos correspondentes serviços de transporte rodoviário e ferroviário de passageiros e de cargas
  - (D) implementar política governamental para a infraestrutura de transportes terrestres, envolvendo a implantação de programas e projetos públicos
41. A Lei 9432 de 08/01/1997, que dispõe sobre a Ordenação do Transporte Aquaviário, se aplica às embarcações:
- (A) de pesquisa e de pesca marinha
  - (B) de esporte, recreio e turismo internacional
  - (C) de guerra e não comerciais estrangeiras
  - (D) brasileiras e às estrangeiras afretadas por armadores brasileiros
42. Cabe à ANAC (Lei 11182 de 29/09/2005) adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da aviação civil, da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária do país, atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade. Inclui-se, ainda, entre as competências da ANAC:
- (A) propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado da Defesa, a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção
  - (B) negociar o estabelecimento de acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional, observadas as diretrizes do Conselho de Aviação Civil - CONAC
  - (C) aprovar os planos diretores dos aeroportos e os planos aeroviários estaduais para manutenção e expansão da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária
  - (D) aprovar e fiscalizar a construção, reforma e ampliação de aeródromos e sua abertura ao tráfego inter-regional
43. A Lei 11442 de 05/01/2007 define o Transportador Autônomo de Cargas – TAC, como:
- (A) pessoa física que comprovar ser proprietária ou arrendatária de apenas 1(um) veículo automotor de carga e ter no mínimo 5 (cinco) anos na atividade
  - (B) pessoa física e jurídica constituída por qualquer forma prevista em lei que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade principal
  - (C) pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade profissional
  - (D) pessoa jurídica coproprietária de pelo menos 1 (um) veículo automotor de carga
44. As normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública são aplicadas:
- (A) aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas e às sociedades de economia mista
  - (B) às empresas responsáveis pelo fornecimento e instalação de equipamentos ou pela execução de obras públicas
  - (C) às concessões patrocinadas nas quais o período de prestação de serviços seja inferior a 5 (cinco) anos
  - (D) a qualquer empresa privada ou entidade controlada direta ou indiretamente pela União
45. Segundo um estudo do Banco Mundial, apresentado no PNLT 2007, os custos de transporte de carga no Brasil representam, em relação aos custos logísticos, aproximadamente:
- (A) 20%
  - (B) 30%
  - (C) 45%
  - (D) 50%
46. A mobilidade urbana sustentável tem como objetivo promover o transporte com base em indicadores que atendem a três dimensões da sustentabilidade, que são:
- (A) a social, a econômica e a ambiental
  - (B) a ambiental, a populacional e a política
  - (C) a política, a acessibilidade e a mudança climática
  - (D) a populacional, a econômica e a disponibilidade de recursos

47. A Lei 10257 de 10/07/2001, denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais e normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana. Para os fins de aplicação dessa lei, devem ser utilizados como instrumentos:
- (A) métodos de demarcação urbanística visando a regularização fundiária e de investimentos em assentamento de população de baixa renda
  - (B) planos de recuperação dos investimentos do Poder Público resultantes da desvalorização de imóveis urbanos
  - (C) planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social
  - (D) metodologias de investimento em Estados, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e macrorregiões
48. O pedágio urbano é uma medida que vem sendo implementada em grandes cidades com objetivo de:
- (A) fiscalizar o rodízio de veículos
  - (B) reduzir a demanda de tráfego urbano
  - (C) melhorar a operação de veículos de carga
  - (D) subsidiar a implantação de estacionamentos periféricos
49. Com o objetivo de aumentar a segurança nas vias, são utilizados equipamentos que registram ou indicam a velocidade dos veículos. Esses equipamentos são classificados em quatro tipos:
- (A) automático, ostensivo, sinalizador ou portátil
  - (B) estático, em pórtico, sinalizador ou móvel
  - (C) superior, de superfície, inferior ou móvel
  - (D) fixo, estático, móvel ou portátil
50. A maioria dos sistemas de transporte urbano coletivo no Brasil adota mecanismos de subsídios internos, com a predominância de modelos de tarifa única, utilizando o sistema de compensação em que:
- (A) a gratuidade é parcial tanto para idosos como para estudantes
  - (B) as empresas têm direito de explorar sistemas de integração de menor capacidade
  - (C) a obtenção de fontes de receitas adicionais para o custeio de sistemas de transporte é incentivada
  - (D) a tarifa dos usuários das viagens mais curtas cobre parte dos custos dos que residem em áreas mais distantes
51. Na função de custos de acidentes definida pelo IPEA para estimativa dos impactos econômicos dos acidentes nas rodovias brasileiras, no componente de custo relativo às pessoas incluem-se:
- (A) custo do atendimento hospitalar, custo da perda de produção, custo de remoção/translado e gasto previdenciário
  - (B) custo da perda de produção, gasto previdenciário, custo de danos materiais do veículo e de processos judiciais
  - (C) custo pré e pós-hospitalar, custo de perda de produção, danos materiais do veículo e processos judiciais
  - (D) custo de atendimento hospitalar, de mitigação dos danos na via, custo de remoção e do atendimento policial
52. No planejamento de transportes, existem atividades relacionadas com cada nível: estratégico, tático e operacional. Como atividades ou ações pertinentes ao nível tático, tem-se:
- (A) projeto geométrico de vias, de sinalização e de controle de tráfego
  - (B) programação semafórica em vias urbanas e localização de paradas de ônibus
  - (C) construção de novas vias e aumento da capacidade dos sistemas de transporte
  - (D) sistema de informação aos usuários e aplicação de dispositivos de controle de tráfego
53. A definição da tarifa no transporte público, principalmente para o modo ônibus, tem como base o índice gerado pelo quociente da relação entre:
- (A) os custos totais mensais da frota e a quantidade total de passageiros transportados mensalmente
  - (B) o número médio de passageiros por veículo e a quilometragem total percorrida pelo veículo no ano
  - (C) o número mensal de passageiros equivalentes e a quilometragem mensal percorrida pela frota
  - (D) o custo do quilômetro anual e a média do total passageiros transportados por ano
54. Nas cidades do Brasil, diariamente, são realizados milhões de deslocamentos por pessoas. Uma pesquisa realizada em 2002 pela ANTP, constatou uma situação que ainda hoje se mantém. A maior quantidade de deslocamentos em cidades com mais de 30 mil habitantes é feita pelos modos:
- (A) automóvel e coletivo
  - (B) a pé e automóvel
  - (C) moto e coletivo
  - (D) a pé e coletivo

55. O sistema de transporte denominado VLT (veículo leve sobre trilhos) se caracteriza por ser um sistema:
- (A) utilizado somente em vias segregadas com capacidade superior ao metrô de superfície
  - (B) que apresenta velocidade e capacidade maiores que o bonde e menores que o metrô
  - (C) realizado em comboios de 5 a 6 carros com capacidade de 100 passageiros
  - (D) com grande distância entre estações ou paradas e alta velocidade
56. Nas pesquisas sobre deslocamentos nas cidades ou regiões, o índice de mobilidade é definido como:
- (A) a quantidade média de pessoas que utilizam o transporte coletivo diariamente
  - (B) a demanda e a média de ocupação no sistema de transporte coletivo por quilômetro percorrido
  - (C) a oferta mensal de lugares no transporte coletivo e a capacidade de tráfego de veículos nas vias urbanas
  - (D) o número médio de viagens que as pessoas realizam em um dia típico por qualquer modo de transporte
57. A gestão do sistema de transporte público urbano envolve a realização das atividades de: regulamentação, administração, programação da operação e fiscalização. As principais tarefas da programação da operação são:
- (A) estabelecimento da frequência do sistema, definição da frota em cada linha por dia e períodos do dia e determinação do início e fim da jornada de trabalho das operações diurnas e noturnas
  - (B) fiscalização da frota e da operação do sistema, organização do planejamento e da gestão, gerenciamento da base de informações da frota
  - (C) gerenciamento dos custos, elaboração da escala de trabalho dos funcionários e capacitação do pessoal de operação
  - (D) controle das estações e da frota, gerenciamento do sistema de informação e comunicação com os usuários
58. Os sistemas de transporte podem gerar impactos negativos sobre o meio ambiente. Além da poluição atmosférica e sonora, a operação dos sistemas pode ocasionar impactos negativos ao meio ambiente como:
- (A) mudança na matriz energética, acessibilidade e rentabilidade dos sistemas
  - (B) contaminação da fauna e flora, poluição da água e quebra de veículos
  - (C) enchentes, mudança do solo e desapropriações
  - (D) poluição visual, poluição da água e vibrações
59. O Transporte Multimodal de Cargas de acordo com a Lei 9611 de 19/02/1998 é:
- (A) nacional, quando apenas o ponto de embarque estiver situado no território nacional
  - (B) internacional, quando o ponto de embarque ou de destino estiver situado fora do território nacional
  - (C) de responsabilidade do transportador que percorre a maior distância entre a origem e o destino da carga
  - (D) aquele que utiliza duas ou mais modalidades de transporte e é regido por um contrato com a modalidade de maior custo de transporte
60. As rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário Federal são designadas pelo símbolo "BR", seguido de um número de 3 (três) algarismos (Lei 12379 de 06/01/2011). O primeiro algarismo indica a categoria da rodovia. Especificamente para as rodovias transversais, o primeiro algarismo é o:
- (A) 0 (zero)
  - (B) 1 (um)
  - (C) 2 (dois)
  - (D) 4 (quatro)